

Desenvolvimento e distensão política

O anúncio feito pelo ministro Delfim Netto, do Planejamento, de que o país vai retomar sua política desenvolvimentista para crescer em torno de cinco por cento nos próximos três anos tem inegável caráter partidário. Assim como os políticos da oposição e da situação, também o governo prepara-se para enfrentar um difícil ano eleitoral em que o PDS corre o risco de ser derrotado.

A revelação otimista do ministro do Planejamento indica que os prazos para a ação econômica drástica e impositiva estão prestes a se esgotar. O que tinha que ser feito, ou aquilo que era viável fazer no momento em que o país não tem partidos políticos organizados, nem representativos, já foi feito. Faz sentido, dentro deste quadro, que o ministro diga que "a política monetária deu certo e vamos terminar o ano com um superávit de aproximadamente um bilhão de dólares".

Fica implícito na fala do ministro que os tempos difíceis estão terminando. É possível que sim, mas é também provável que a proximidade das eleições obrigue o governo a modificar fundamentalmente sua política econômica. Este é, aliás, um dos paradoxos da atualidade brasileira, porque o país corre o risco de retroceder no combate à inflação em nome das eleições. Mas, por outro lado, o combate à inflação e aos desequilíbrios das contas externas conduz o governo a uma derrota eleitoral.

A realização de eleições é um dado novo diante do qual ninguém sabe ao certo como reagir. Os ministros do governo Figueiredo nunca estiveram frente a frente com situação como esta, em que a racionalidade econômica perde para os anseios da sociedade. Quem não está acostumado ao exercício democrático, no mínimo, estranha. Ou modifica a política na tentativa de aproximar-se em melhor posição de um eleitorado evidentemente insatisfeito com os rumos da política econômica.

O ministro do Planejamento, personagem experimentado no exercício do poder, justificou com habilidade e raciocínio econômico sua nova postura, que está sintetizada na frase: "Já temos espaço suficiente para crescer". Mas, ao lado disto, Delfim Netto admitiu que o reaquecimento da economia no próximo ano será setorial, porque a indústria automobilística ficará fora do processo de retomada do crescimento — "não voltaremos a financiar automóveis no próximo ano".

A recessão, o consequente desemprego e os problemas sociais que têm acarretado, estão demonstrando um lento modificar no rumo do desenvolvimento brasileiro. Já não se fala mais na industrialização a qualquer custo, mesmo porque os problemas em que se debatem os países desenvolvidos não permitem o otimismo de outros tempos. A pressão da dívida externa, os numerosos problemas para expansão do comércio no exterior estão conduzindo a racionalidade econômica para a defesa de investimento em empresas intensivas de mão-de-obra — posição que há dez anos seria considerada absolutamente herética em Brasília.

Mas a história prega estas peças em seus próprios personagens. A distensão política, em momento de crise econômica, é uma destas situações irônicas. As duas linhas entraram em conflito, desde os primeiros passos ainda no governo Geisel, mas o espaço para atuação partidária foi-se alargando como consequência de um anseio social. Os tempos do milagre econômico não foram politicamente distendidos, enquanto os atuais, de recessão e desemprego, têm permitido a organização de partidos políticos e segmentos da sociedade.

Os tempos mudaram, e mudaram muito, não apenas dentro do Brasil. A crise do petróleo acirrou a competição entre os países industrializados, que se tornaram mais protecionistas e procuraram empurrar seu déficit no balanço comercial para o Terceiro Mundo. Industrializar, ainda que com capital estrangeiro — que foi a base da mágica dos anos setenta não é mais viável. As economias centrais querem exportar capital, com taxa de juro elevadíssima e bens de consumo para proteger seu nível de emprego. Não há vontade para exportação de indústrias.

Tudo isso modifica profundamente o panorama político e a inserção do Brasil nas economias ocidentais. É impossível saber se hoje o país passou ou não do ponto mais baixo da recessão. Sabe-se, contudo, que a solução da crise não consta dos manuais clássicos da economia. A retomada do crescimento — ainda que seja uma ação voltada para as eleições — vai demonstrar que o país começa a qualificar o desenvolvimento e este fenômeno passará cada vez mais pela consulta aos desejos da sociedade.

• André Gustavo Stumpf